



## O HIPERDIMENSIONAMENTO DA CRIMINALIDADE JUVENIL NO NOTICIÁRIO

**Carmen Silveira de Oliveira**

Professora do PPG de Saúde Coletiva da Unisinos

**Resumo:** O trabalho propõe-se a identificar as nuances da amplificação da violência entre os jovens na cobertura mediática a partir de dados obtidos de pesquisa que investigou o agendamento das notícias de crimes nos jornais de Porto Alegre. Constatou que essa cobertura destaca-se pela intensa homogeneidade nos padrões de textos, de terminologias, de enfoques e de enquadramentos, características que possuem relação direta com as fontes que são predominantemente consultadas. Mais de 80% das fontes, ou são autoridades policiais nomeadas (em torno de 37%), ou apenas os Boletins de Ocorrência (em torno de 50%). Os suspeitos ou pessoas ligadas a eles raramente aparecem, assim como as pessoas ligadas às vítimas. Especialistas no tema só comparecem em ocorrências de grande impacto e de forma escassa. A falta do estabelecimento de nexos contextuais assume contornos críticos em vários núcleos temáticos, sobre tudo os relacionados à juvenilização da violência. De um modo geral, o levantamento permitiu evidenciar a prática de um jornalismo com baixa inflexão investigativa e atrelado a lógicas de cobertura cristalizadas.

A violência entre os jovens vem se constituindo em alvo de preocupações no cenário contemporâneo em nosso país, o que acaba se refletindo na pauta da mídia. Nos últimos cinco anos, a presença do tema cresceu nada menos que 1.300% nos 50 maiores jornais do país, segundo dados monitorados pela ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Muito embora seja estimado que apenas 10% dos delitos praticados no Brasil sejam cometidos por adolescentes, observa-se uma cobertura mediática destacada para a criminalidade juvenil.

O objeto deste texto, é justamente identificar as nuances desta amplificação, a partir da análise deste tipo de matérias publicadas pelo jornal **Zero Hora** no primeiro semestre de 2001. Pretende-se, com isto, compreender melhor a baixa pontuação recebida por este periódico em um mapeamento nacional que buscou avaliar a cobertura deste tema<sup>1</sup>. **Zero Hora** conseguiu 31,8 pontos de um total de 100, mantendo-se na média (30 pontos), mas que lhe conferiu o 17º lugar, uma classificação abaixo inclusive de jornais de menor porte e

---

<sup>1</sup> Pesquisa “Balas Perdidas”, realização da ANDI, Ministério da Justiça e Amencar, na análise de 46 jornais, de 24 Estados, de julho 2000 a junho 2001, levantando o comportamento da imprensa e a qualidade do tratamento dos temas relacionados à violência envolvendo crianças e adolescentes.



projeção no mercado. Quais seriam os “delitos” de **Zero Hora**, praticados contra o leitor e contra os jovens, na cobertura da violência juvenil? Em que medida as matérias deste jornal podem, todavia, se constituir em dispositivo de informação e promoção dos direitos dos adolescentes?

### **Balas perdidas na Zero Hora: as dificuldades de atingir o alvo**

De um modo geral, o levantamento realizado ao longo de um semestre, como parte da pesquisa *Criminalidade e notícias nos jornais de Porto Alegre*<sup>2</sup>, permitiu evidenciar a prática de um jornalismo com baixa inflexão investigativa. Tanto **Zero Hora**, quanto o **Correio do Povo**, outro jornal de Porto Alegre investigado na pesquisa, a redundância em relação às fontes é uma constante, conforme se demonstra nesse levantamento:

No mês de janeiro, **ZH** publicou 211 notícias sobre crime. Apareceram 244 fontes (fontes não explicitadas são atribuídas aos boletins de ocorrência). Dessas, 32,4% são autoridades policiais, 49,9% saem dos BOs, 3,6% são de pessoas ligadas aos suspeitos, 11% de pessoas ligadas às vítimas e 3,1% outras pessoas, normalmente testemunhas.

No mês de janeiro, o **CP** publicou 191 notícias sobre crimes, com 204 fontes. Autoridades policiais, 37.7%; BOs, 50.4%; ligadas aos suspeitos, zero %; ligadas às vítimas, 7.5%; e outros, 4.4%.

No mês de fevereiro, **ZH** publicou 195 notícias com 211 fontes. Autoridades policiais, 40.2%; BOs, 47.9; ligadas aos suspeitos, zero %; ligadas às vítimas, 7.7%; e outros, 4.2.

No mês de fevereiro, o **CP** publicou 176 notícias de crimes em que constam 163 fontes. Autoridades policiais: 36.4%; BOs, 55.2%, ligadas aos suspeitos, 1.2%, ligadas às vítimas, 3.5%, e outros, 3.7%.

---

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida em parceria com o professor Ronaldo Henn do PPG de Ciência da Comunicação da Unisinos.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação para a Cidadania**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

No mês de março, **ZH** publicou 194 notícias de crimes e, que constam 273 fontes. Autoridades policiais, 34.8%, BOs, 42.9%; ligadas aos suspeitos, 1.0%; ligadas às vítimas, 11.0%; outras, 10.3%.

No mês de março, o **CP** publicou 154 notícias com 160 fontes. Autoridades policiais, 35%; BOs, 50.6%; ligadas aos suspeitos, zero %, ligadas às vítimas, 10%; outros, 4.4%.

<b>ZH</b>	Notícias	Fontes	Autoridades	Bos	Suspeitos	Vítimas	Outros
Janeiro	211	244	32.4%	49.9%	3.6%	11.0%	3.1%
Fevereiro	195	211	40.2%	47.9%	0.0%	7.7%	4.2%
Março	194	273	34.8%	42.9%	1.0%	11,0%	10.3%

<b>CP</b>	Notícias	Fontes	Autoridades	Bos	Suspeitos	Vítimas	Outros
Janeiro	191	204	37.7%	50.4%	0.0%	7.5%	4.4%
Fevereiro	176	163	36.4%	55.2%	1.2%	3.5%	3.7%
Março	154	160	35.0%	50.6%	0.0%	10.0%	4.4%

O quesito "diversidade de fontes" só é contemplado em acontecimentos concebidos como extraordinários. No mês de janeiro, dia 4, os jornais dão conta de chacina ocorrida em Santa Maria, na qual seis jovens foram executados. Este fato mereceu farta cobertura, com grande impacto, inclusive obtendo menção nos espaços opinativos. No dia 5, o assunto ganhou capa de ZH e destaque nas páginas 4 e 5 que o jornal reserva ao que chama de *Reportagens Especiais*. O jornal consulta quatro fontes especializadas: um professor de filosofia, uma juíza da infância e da juventude, um antropólogo e um sociólogo. O CP, mesmo sem consultar o volume de fontes de ZH, também deu grande destaque ao caso na capa do dia 04, com a manchete *Chacina apavora Santa Maria*. No dia seguinte, o assunto saiu da capa mas ganhou espaço destacado no interior do jornal.

Essa conduta editorial, entretanto, é uma exceção. Na absoluta maioria das matérias, elas aparecem sem nexos estabelecidos, como se os acontecimentos comportassem-se como peças soltas, desprovidos de relações contextuais ou entre eles.

Isto se repete quando se analisa a produção de matérias sobre os jovens. O grande problema centra-se no fato de que a fonte privilegiada ainda são os boletins de ocorrência das delegacias. No caso dos adolescentes, estamos diante de uma peculiaridade, uma vez que são poucas as delegacias especializadas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disto, atendendo ao preconizado no ECA, deve-se resguardar informações e imagens do

adolescente a fim de não identificá-lo, o que muitas vezes significa não utilizar o jovem como fonte de notícia. Portanto, os precários boletins de ocorrência muitas vezes induzem a erros de informação, até mesmo a pré-julgamentos, pois é comum que os suspeitos acabem “condenados” pelo delegado antes do processo judicial.

De qualquer maneira, observa-se que a cobertura feita por **Zero Hora** despreza fontes imprescindíveis à abordagem ampla do tema, como os Conselhos de Direitos ou operadores na área, raramente entrevistados, muito embora detenham informações que poderiam ser fundamentais para analisar o quadro da violência.

Por outro lado, observa-se que as matérias são, majoritariamente, de cunho informativo<sup>3</sup>. Buscam responder a questões básicas (quem, quando, onde, como). Raras vezes, é apresentada uma trajetória do sujeito, naquilo que antecede ou sucede ao delito. O fato é narrado de forma pontual e descritiva, com escasso uso de estatísticas, pesquisas ou de especialistas, que seriam alguns dos recursos para deslocar do individual para o coletivo.

É bem verdade que mesmo no RS, considerado um Estado onde o ECA está sendo melhor implementado, carecemos de informações básicas e georeferenciadas. Isto se deve em parte a problemas operacionais na integração do sistema de justiça juvenil, mas também diz respeito à falta de transparência dos gestores públicos. Embora tendo o dever de informar os cidadãos sobre a situação da criminalidade, geralmente o que acontece é o inverso, como vimos acontecer no anterior governo estadual que, buscando não alimentar o alarmismo, terminou por se orientar pelo silêncio, o que reforçou, em grande parte, a tese da crescente gravidade na área de segurança.

Em tal contexto, não é de estranhar que a violência não seja tratada como fenômeno social, mas como casos, que se multiplicam em repetidas matérias, um tanto desconexas, transformando a criminalidade juvenil em um evento individual anômalo e, via de regra, em “caso de polícia”.

Cabe ressaltar que **Zero Hora** é um dos poucos jornais de grande circulação e que mantém ainda “páginas policiais”. Isto acarreta várias consequências em se tratando do adolescência infratora, que é apontada pela maioria dos especialistas como um problema relacionado a aspectos culturais e à falta de acesso a políticas sociais e protetivas. Um dos efeitos do delito entre os jovens ser pautado neste tipo de editoria é o reforço possível da

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação para a Cidadania**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

idéia de que o ato infracional é um típico “caso de polícia” e, portanto, veicula-se a premissa de que com maior aparato policial e punições mais severas haveria menos violência juvenil. Dito de outra maneira, a temática passa a ser pautada mais pelo aspecto repressivo, secundarizando a discussão de sua geneologia, bem como das possíveis outras soluções.

Sob vários ângulos, estamos diante de uma abordagem tratada de forma tão simplificada, que contrasta muito com a abrangência das matérias deste mesmo jornal sobre política e economia, ou até mesmo de esportes... Deste modo, pode-se afirmar que **Zero Hora** tem dificuldades de acertar o alvo em se tratando da cobertura da criminalidade juvenil. Ou, pior do que isto, é usado “chumbo grosso”, como veremos a seguir...

### **Quando a notícia faz muito barulho, mas atira para o alto**

Um leitor desavisado, numa leitura corrente do jornal, ficaria com a impressão de que os delitos praticados pelos jovens são, predominantemente, homicídios ou extorsões violentas, como os latrocínios. Isto porque **Zero Hora** acentua a cobertura destes eventos, o que em parte é compreensível pois trata-se de práticas delitivas consideradas de maior gravidade e até de maior apelo jornalístico. Contudo, trata-se do inverso das estatísticas sobre a criminalidade juvenil: uma pesquisa de âmbito nacional realizada em unidades de internação socioeducativa<sup>4</sup> demonstrou que apenas 20% dos internos haviam cometido homicídios e latrocínios, enquanto que os delitos contra o patrimônio correspondiam a 53% dos casos, o que equivale às estatísticas no RS, com pequenas variações. Ou seja, um perfil muito menos violento do que faz crer o noticiário analisado. Levando em conta tais aspectos, é razoável afirmar que a notícia faz muito barulho, mas atira para o alto!

O risco é que esta forma de construção da notícia, que focaliza os delitos mais violentos, embora eles sejam menos prevalentes, pode provocar um hiperdimensionamento da periculosidade do adolescente infrator e, muitas vezes, do seu estigma e da sua impunidade. Como refere Amador (2001), “crianças e adolescentes são ‘satanizados’, ao ponto de vermos crescer a nociva tese conservadora da redução da maioria penal de 18

---

<sup>3</sup> Na pesquisa Balas Perdidas, 96% das matérias foram consideradas informativas.

<sup>4</sup> Mapeamento Nacional da situação das unidades de aplicação de medida de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei, realizada pelo Departamento da Criança e do Adolescente/Ministério da Justiça, em parceria com o IPEA, em 2002.



para 16 anos, a qual sustenta que o jovem é o principal responsável pelo aumento da criminalidade e de que, ‘brando’, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) incentiva a violência”.

Sem uma contextualização das reportagens, vários aspectos ficam desconhecidos para a maioria da população como, por exemplo, o fato de que metade dos jovens que cumprem medida de privação de liberdade no RS não trabalhava e não frequentava escola antes da internação, sendo que aproximadamente 84% deles têm renda familiar inferior a 2 salários mínimos, 85% viviam com a família, cerca de 2% deles tem o 1º Grau completo (embora 94% tenham idade suficiente para isto). Diante deste quadro, a pergunta suscitada parece óbvia: na sociedade de informação e com um mercado de trabalho mais exigente e seletivo, quais as chances de um jovem com tão baixa escolaridade? Mais ainda: diante dos apelos de consumo ainda maiores em torno de uma certa estética juvenil globalizada como fazer para ter acesso às mercadorias e estilo de vida que constituem, hoje, verdadeiras senhas de reconhecimento entre os jovens? (OLIVEIRA, 2001).

Numa matéria da Folha de São Paulo (Folhateen, 2002), a escuta de um destes adolescentes, nos coloca frente a uma dimensão mais aproximada da problemática da violência entre a juventude de periferia em tempos de globalização no Brasil: “Eu queria mesmo era trabalhar. Mas como? Se, pra quem estudou, já está difícil, imagina pra nós que não temos nem isso. Eu não tenho estudo. Eu queria ser alguém na vida, mas, como não estou conseguindo, meu meio de trabalho é esse mesmo. Não posso ficar andando duro, tenho minhas coisas para comprar, uma roupa maneira. Pô, tenho um menor [filho] para vir aí, tenho que sustentar o menor. (...) Já trabalhei em obra e de marrequinho, que empurra carrinho de compra das senhoras do supermercado até em casa. Aí me mandaram embora com 12 anos porque não podia mais empregar menor. Depois de um tempo, comecei a roubar. E depois entrei pro tráfico. Porque ficar na pista roubando é mais perigoso do que ficar na boca dentro da favela.”

É interessante observar que este fragmento da matéria, em que a fonte é o próprio adolescente, traz luz sobre um dado, que recentemente vem sendo apontado pelos especialistas da área. A mesma pesquisa do Ministério da Justiça demonstrou que, comparativamente, existe um decréscimo dos delitos contra o patrimônio entre os jovens internos nas unidades de privação de liberdade no Brasil, ao passo que houve um aumento



no envolvimento dos jovens infratores com o tráfico de drogas: em 1996 era de 4% e em 2002 já atinge aproximadamente 9%.

Mas os jornalistas de **Zero Hora**, de forma curiosa, abrandam esta tendência. Algumas manchetes chegam a ser pueris, em especial por não conseguirem sequer caracterizar os atos infracionais como ação de gangue. O mais preciso que se anuncia é a referência ao crime praticado por “mais de um”: “Trio assalta filha de delegado e leva veículo”, “Dupla bate carro de refém em fuga”, “Trio suspeito de furto é preso em flagrante”, “Trio é preso com R\$ 40 falsificados”, “Trio detido por extorquir mulher”, “Grupo preso por assaltar ônibus”.

Ora, é evidente que estamos diante de uma organização do crime bastante distinta da prática delitiva individual, até tempos atrás predominante no sistema socioeducativo. Hoje temos o delito praticado em grupo, envolvendo armas pesadas e normas bastante rígidas, como a conhecida “prestação de contas”, responsável por grande parte da alta prevalência de mortes violentas entre os jovens, especialmente intraclasse, como veremos adiante. Apesar da gravidade desta situação, são raras as matérias sobre o tráfico de drogas. No período analisado, as reportagens se limitaram à cobertura das buscas de Fernandinho Beira-Mar e de uma ou outra apreensão de drogas.

### **Os silêncios sobre a vitimização juvenil: o caso das mortes violentas**

Assim sendo, um outro aspecto que fica silenciado na cobertura de **Zero Hora** diz respeito ao agendamento dos homicídios. Sucedem-se notícias de mortes violentas entre os jovens, mas elas são geralmente “notinhas”, sem maior destaque, algumas delas não chegando a 10 linhas. Mesmo quando num mesmo dia (11 de fevereiro), sejam informados três homicídios juvenis, nenhuma contextualização é feita, o que fica emblemática nas vagas manchetes: “Morte de jovem em Canoas”, “Adolescente é morto em São Leopoldo”, “Corpo é encontrado em São Leopoldo”.

Todavia, pesquisa recente<sup>5</sup> aponta que enquanto na população total somente 4,7% dos óbitos devem-se a homicídios, entre os jovens os homicídios são responsáveis por 39% das mortes. Se tomarmos como ponto de partida que para o ano 2000, em que foi realizado este

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação para a Cidadania**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

mapeamento, os jovens de 15 a 24 anos representavam 17,3% da população do país seria esperável a mesma relação percentual entre os homicídios juvenis e os da população total. Mas, pelos dados levantados, a proporção de homicídios juvenis representou mais do que o dobro esperado. Por outro lado, observou-se que o aumento em 77% do número de homicídios entre os jovens na última década foi bem maior ao experimentado na população total.

Tais dados já nos permitem uma conclusão preliminar: a escalada da violência homicida no país avança, preferencialmente vitimando a juventude em todas as regiões do país. Em outras palavras, os avanços da violência homicida no Brasil têm acontecido sobre a base dos homicídios juvenis, na medida em que as taxas no restante da população vem caindo levemente, o que indica que nossa violência homicida evolui, fundamentalmente pelo aumento nos homicídios juvenis.

Diante disto, é pertinente indagar porque as mortes violentas dos jovens por homicídios acabam noticiadas em **Zero Hora** como “notas de ropapé”? Será porque este furor homicida vitimiza preferencialmente a juventude de periferia? Ou, então, seria contaminação de um imaginário que faz circular a idéia de que “bandido bom é bandido morto”? De qualquer modo, o fato é que o noticiário se refere às vítimas de forma indiferenciada: “Sete assassinatos no RS”, “Corpo é encontrado”, “Morte na Restinga”. Em meio a uma certa indiferença, algumas vezes o mais singular é o *locus* da morte: “Jovem morto em Passo Fundo”, “Jovem executado a tiros em Pelotas”, “Adolescente é morto em São Leopoldo”.

Ora, na medida em que estamos diante de um “Jovem Ninguém” parece óbvio supor que aumenta sua vulnerabilidade em ser alvo da “justiça com as próprias mãos”, como se pode observar nestas manchetes: “Jovem agressor é linchado na rua”, “Jovem é perseguido e baleado nas costas”, “Jovem morre após roubo em Campo Bom”, “Vendedor reage e mata ladrão de veículos”. Por outro lado, parece haver uma invisibilidade seletiva pois quando a vítima pertence a uma classe de maior poder aquisitivo a notícia vira até matéria de capa (“Menino morre ao tentar evitar roubo de bicicleta”) e ganha acompanhamento três dias depois (“Preso suspeito da morte de menino”). Ou, ainda, a vítima passa a ser nomeada: “Estudante gaúcho morto em Flopolis”. Também quando a vítima é uma criança isto parece

---

<sup>5</sup> *Mapa da Violência III*, Brasília: UNESCO, 2002.



mobilizar maior compaixão dos jornalistas, conforme vemos nesta sequência de reportagens pautando o mesmo episódio: “Bala perdida mata menino de quatro anos” (matéria de capa), “Guerra do tráfico mata menino” (nas páginas policiais daquele dia) e “Medo impera na Ursa Maior” (um dia depois).

Uma exceção desta impessoalidade e deste silêncio pode ser observada no episódio da chacina de seis jovens ocorrida em Santa Maria, cuja cobertura foi feita em 6 dias, no intervalo aproximado de um mês, rendendo duas manchetes de capa. Destaca-se aqui o fato de ter sido considerado um tipo de crime ainda raro no Estado. Outra exclusão da regra aconteceu por conta da morte do jovem tenista em Novo Hamburgo. Ambas situações são problematizadas pelos autores desta pesquisa em destaque, em outros textos.

### **Jovens detidos, notícias detidas**

Se a banalização da morte acontece na maioria das notícias de **Zero Hora** envolvendo jovens da periferia, o que dizer, então, das ocorrências mais simples, como as detenções, por exemplo? Neste caso, uma só referência pode ser suficientemente esclarecedora. Encontramos em janeiro três manchetes padronizadas: “Jovens detidos” (dia 04), “Jovens detidos” (dia 12) e “Jovens detidos em Quintão” (dia 20). O que é mesmo que ficou detido aqui? Será que não foi a notícia que ficou retida, ao perder sua qualidade de surpreender, vítima dos tentáculos de sua própria redundância (HENN, 2002)?

Com isto, não somente o público, mas o próprio jornalismo vai se conformando com os hábitos repetidos, buscando a regularidade do fato noticioso, justamente ali onde ele se mostra desregrado, num emaranhado de conexões e que se desdobram em novos fatos. Poderia se dizer que é o potencial informativo que fica aprisionado, mesmo que provisoriamente, arrefecido por uma impressão de normalidade e por um encadeamento linear. Como refere Henn (2002), “os fluxos das notícias, com seus picos e diluições, funcionam como cerimoniais que atendem necessidades simbólicas de conforto diante do medo, da atemorização, diante dos casos que os próprios meios orquestram”.

Em síntese, os dados analisados até aqui permitem afirmar que a pauta realizada por **Zero Hora** sobre a criminalidade juvenil está ainda longe de oferecer a seus leitores informações de qualidade sobre o tema, muito embora estejamos diante de uma problemática



complexa e que exige, necessariamente, maior consistência de análise, sobretudo porque diz respeito a questões que envolvem esteréotipos solidamente incrustados nos coletivos humanos.

Caberia indagar, conforme Araújo e Oliveira (2001): “Por que áreas de interesse vital da sociedade são cobertas com tanto primarismo e falta de profissionalismo? Em primeiro lugar, segundo as alegações habituais, devido à ‘correria, falta de tempo, falta de acesso a informações, falta de recursos, de espaço, a tesoura do editor, a lei do menor esforço’. Em segundo lugar, aparecem ‘as deformações profissionais e limitações pessoais: sensacionalismo, clichês, idéias pré-concebidas, preconceitos, vocabulários tendenciosos’. Complementam as razões da má cobertura as dificuldades de acesso a informações e a especialistas, as contradições entre os especialistas, deficiências de formação.”

A pesquisa da ANDI, referida inicialmente, aponta uma pista importante para esta análise: os jornais mais bem situados quanto à qualidade de sua tematização da violência juvenil são, de maneira geral, os que investiram na extinção de suas Editorias de Polícia., enquanto os jornais com pior classificação são aqueles que ainda mantêm a figura do repórter policial ou das matérias sem assinatura. Outro indício a ser considerado diz respeito ao levantamento dos suplementos destes jornais, como no caso do Caderno Zerou, de **Zero Hora**, que obteve uma melhor classificação nesta categoria, com a média de 50 pontos, ainda segundo indicadores de qualidade no tratamento das questões associadas à violência.

Ressalta-se que os jornais, de um modo geral, obtiveram melhor classificação em seus cadernos de Mídia Jovem, destacando-se o fato de que a polícia deixa de ser a principal fonte (apenas 7% das vezes), cedendo lugar para especialistas (17%), jovens (12%) e ONGs (8%). Isto demonstra, segundo a ANDI, que quanto menos os assuntos são tratados pelas editorias de polícia, melhor qualidade terá a reportagem, com menos empirismo e parcialização.

Em tempos de insegurança e de mal-estar da população diante da violência urbana e diante do fato de que os jovens são suas vítimas preferenciais, torna-se, mais do que nunca, necessário contar com a imprensa para que seja desmistificada a periculosidade da juventude. Paradoxalmente, vivemos num período histórico em que sofremos simultaneamente de superinformação e subinformação, como salienta Morin (1986), mas não resta dúvida de que



o trabalho jornalístico tem muito a contribuir para levantar o véu que tem encoberto a condição juvenil em nosso país.

### **Referências bibliográficas**

- AMADOR, Rubens. “A infância na mira da imprensa”. *Jornal O Globo*, 10/12/2001
- ARAÚJO E OLIVEIRA, João Batista. (2001) “Violência na mídia”. *Boletim Direto ao Assunto*.  
Nov/dez , nº 39.
- HENN, Ronaldo. (2002) *Os fluxos da notícia*. São Leopoldo, Ed. Unisinos
- MORIN, Edgar. (1986) *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- OLIVEIRA, Carmen S. de. (2001) *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina
- TRAQUINA, N. (org) (1993), *Jornalismo, Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Veja
- \_\_\_ (2001), *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos
- VENTURA, Z (1995), “O paraíso das balas perdidas”. In: *Imagens*. Unicamp, n. 4, abril.